



<b>PROCESSO N.º</b>	<b>27.378-3/2020</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE</b>
<b>INTERESSADO</b>	<b>ELIONE DA CUNHA SIQUEIRA RIOS DE SOUSA BRANDÃO</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE</b>
<b>RELATOR</b>	<b>WALDIR JÚLIO TEIS</b>

## II. FUNDAMENTAÇÃO

4. A Constituição do Estado de Mato Grosso estabelece, em seu artigo 47, inciso III, a competência do Tribunal de Contas de apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos estaduais e municipais.

5. Nesse contexto, a aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, é, em síntese, um benefício previdenciário devido ao segurado que preenche cumulativamente os requisitos legais de idade e período de efetivo exercício no serviço público.

6. Com efeito, a concessão deste benefício previdenciário deve observar os comandos do artigo 40, § 1º inciso III alínea “b” da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 mais os termos da Lei Municipal n.º 2697/2017:

### **Emenda Constitucional n.º 41/2003**

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

GABINETE DO CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS

Telefone(s): 65 3613-7160 / 7505

e-mail: gab.wteis@tce.mt.gov.br

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Lei Municipal de Lucas do Rio Verde n.º 2.697/2017

**Art. 12** Os servidores abrangidos pelo regime do PREVILUCAS serão aposentados:

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

7. Ademais, combinado com a artigo 62 da Lei Complementar n.º 042/2006 que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Lucas do Rio Verde, bem como a Lei Complementar Municipal n.º 50 de 05 de junho de 2007, que dispõe sobre o plano de cargo, carreira e salários, fixa quadro de pessoal, classifica cargos, função, nível e referência, da Administração Pública Municipal e a Lei Municipal n.º 3.054/2020.

8. Da análise dos autos, verifico que a parte interessada atendeu aos pressupostos legais para a concessão do benefício de aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, evidenciando que a Portaria em exame possui respaldo constitucional e merecem o reconhecimento deste Tribunal de Contas mediante o devido registro.

### III. DISPOSITIVO DO VOTO

9. Ante o exposto, considerando que a Portaria atendeu todas as formalidades legais e constitucionais, e em atenção ao artigo 43, II, da Lei Complementar n.º 269/2007-TCE/MT, acolho o **Parecer n.º 4.094/2022**, da lavra do **Procurador Geral de Contas Alisson Carvalho de Alencar**, e **VOTO** no sentido de:

a) **registrar a Portaria n.º 064/2020**, disponibilizada no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no dia 4/11/2020; e

b) **julgar legal o cálculo de benefício de aposentadoria voluntária por idade**, com proventos proporcionais, à Sra. **Elione da Cunha Siqueira Rios de Sousa Brandão**, servidor efetivo, no cargo de Professora de Pedagogia, Classe “C”, Nível “III”, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no Município de Lucas do Rio Verde/MT,



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**GABINETE DO CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS**

Telefone(s): 65 3613-7160 / 7505

e-mail: gab.wteis@tce.mt.gov.br

contando com 15 anos, 10 meses e 14 dias efetivos de tempo de contribuição e com 55 anos de idade na data da publicação do ato concessório.

10. É como voto.

Cuiabá, 8 de setembro de 2022.

assinatura digital<sup>1</sup>  
**Waldir Júlio Teis**  
Conselheiro Relator

---

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.